

JÓNATAS E. M. MACHADO

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

5.^A EDIÇÃO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

Nota Prévia	7
-------------------	---

CAPÍTULO I HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

I. O contexto histórico-cultural.....	9
II. A criação das comunidades europeias	11
2.1. Os tratados fundadores.....	12
2.1.1. O Tratado de Paris.....	13
2.1.2. O Tratado de Roma	14
2.1.3. Reformas posteriores	15
2.1.4. Ato Único Europeu	16
2.1.5. O Tratado de Maastricht	16
a. Moeda Única.....	17
b. Cidadania europeia	18
c. Consolidação do acervo comunitário.....	19
d. Aprofundamento dos três pilares.....	19
2.1.6. Tratado de Amesterdão.....	21
2.1.7. O Tratado de Nice.....	23
a. Objetivos fundamentais	23
b. Alargamento e reforma institucional.....	23
2.2. A constitucionalização da integração europeia	25
2.2.1. Projeto de Tratado Constitucional Europeu	27
2.2.2. Tratado de Lisboa.....	28
III. Bibliografia	29

CAPÍTULO II

DIREITO DA UE, DIREITO EUROPEU E DIREITO INTERNACIONAL

I. O direito da União Europeia.....	31
1.1. Considerações gerais	31
1.2. A UE como organização supranacional.....	32
1.3. A UE como comunidade de valores.....	34
1.4. A UE como comunidade de direito.....	34
II. Direito da UE e direito europeu em sentido amplo	35
III. Direito da UE e direito internacional	37
3.1. A presença do direito internacional no direito da UE.....	37
3.1.1. Interação desde a fundação das comunidades	38
3.1.2. As relações entre a UE e Estados e entidades terceiras	38
a. <i>Jus tractum</i> da UE	39
b. <i>Jus legacionis</i> da UE	39
3.1.3. Relações entre os Estados-Membros.....	40
3.2. Relação entre o direito da UE e o direito internacional.....	41
3.2.1. Subordinação da UE ao direito internacional geral.....	42
3.2.2. Subordinação da UE aos tratados internacionais.....	43
3.2.3. Direito da UE e Resoluções do Conselho de Segurança.....	45
3.3. Direito da UE e direitos humanos	50
IV. Direito da UE e direito nacional.....	51
4.1. Direito da UE como direito constitucional	51
4.1.1. O constitucionalismo e a integração europeia	51
a. Constitucionalismo universalista pós-Vestefália	52
b. Constitucionalismo global	53
c. Constitucionalismo funcional	54
d. Neo-constitucionalismo supranacional.....	54
e. Constitucionalismo quase federal	55
f. Constitucionalismo pós-nacional tolerante	56
g. Constitucionalismo multinível	57
h. Constitucionalismo federal	57
4.1.2. Características do direito da UE.....	58
4.1.3. Exigências constitucionais do direito da UE.....	60

4.1.4. Direito da UE e direito constitucional	61
a. Os tribunais nacionais em geral e o direito da UE.....	61
b. A posição das jurisdições constitucionais.....	63
b.1. Primazia do direito constitucional europeu	63
b.2. Primazia do direito constitucional nacional.....	65
b.3. Tendencial paridade do direito constitucional europeu e nacional .	69
4.2. Influência do direito nacional no direito da UE.....	71
4.3. Limitação do direito da UE pelos interesses nacionais.....	72
V. Bibliografia.....	73

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

I. Relevância substantiva da estrutura institucional.....	77
II. Modelos de integração.....	77
2.1. Funcionalismo e cooperação intergovernamental	78
2.2. Supranacionalismo e federalismo	79
III. Repartição de competências	81
3.1. Atribuições e competências dos Estados e da UE.....	81
3.1.1. Princípios de repartição de competências.....	82
a. Princípio das atribuições limitadas	82
b. Princípio da subsidiariedade	83
c. Princípio da proporcionalidade	84
d. Poderes implícitos	85
e. Cooperação leal.....	88
f. Cooperação diferenciada	89
f.1. Cooperações reforçadas	90
f.1.1. Âmbito material	90
f.1.2. Procedimento de autorização.....	91
f.1.3. Regime das cooperações reforçadas.....	91
f.1.4. Adesão a uma cooperação reforçada	92
f.2. Derrogações à integração	93
g. Respeito pelas identidades nacionais	95
h. Respeito pela estadualidade	96
3.1.2. Tipos de competências	97
a. Competência exclusiva da UE.....	97
b. Competências partilhadas.....	99

c. Competências paralelas.....	100
d. Competências de coordenação e complementação	101
e. Competências exclusivas dos Estados	101
3.2. Atribuições e competências dos órgãos da UE	102
3.2.1. Princípios de repartição de competências	102
a. Competência orgânica limitada	103
b. Paridade institucional	104
IV. Instituições europeias.....	105
4.1. Considerações gerais	105
4.1.1. Amplitude das responsabilidades funcionais.....	105
4.1.2. Representação e participação democrática	105
4.1.3. Separação e interdependência de poderes	106
4.1.4. Estatuto internacional da UE.....	107
4.2. Instituições da UE	108
4.2.1. Parlamento Europeu.....	109
a. História	109
b. Significado jurídico-político.....	110
b.1. Função de representação	110
b.2. Função de integração.....	111
c. Eleição	111
d. Composição	112
d.1. Deputados	112
d.2. Grupos políticos	113
d.3. Partidos políticos	114
e. Funcionamento.....	114
e.1. Organização	114
e.2. Funções e competências	115
e.2.1. Função legislativa	115
e.2.2. Consulta.....	116
e.2.3. Nomeação e eleição.....	116
e.2.4. Controlo e fiscalização.....	116
(i) Deveres de informação	117
(ii) Interpelação e audição.....	118
(iii) Poder de inquérito	118
(iv) Apreciação de petições.....	119
(v) Moções de censura.....	119
(vi) Publicidade.....	120

e.2.5. Função orçamental.....	120
e.3. Controlos intra-orgânicos	121
e.4. Controlos inter-orgânicos	121
4.2.2. O Conselho Europeu	122
a. Considerações gerais	122
b. Atribuições e competências.....	123
b.1. Função de direção política	123
b.2. Poder de decisão	123
b.3. Função de nomeação.....	124
b.4. Função de alteração dos Tratados	124
c. Organização e funcionamento	124
d. Presidente do Conselho Europeu	125
d.1. Considerações gerais	125
d.2. Eleição, destituição e mandato	126
d.3. Atribuições e competências.....	126
4.2.3. O Conselho.....	127
a. Considerações gerais	127
b. Atribuições e competências.....	127
b.1. Função legislativa	127
b.2. Função orçamental	128
b.3. Funções de coordenação	128
b.4. Função de vinculação internacional da UE	128
b.5. Função de alteração dos Tratados	128
b.6. Função de iniciativa	129
b.7. Função de controlo.....	129
b.8. Função de recursos humanos.....	129
c. Organização e funcionamento	129
c.1. Maioria qualificada e minorias de bloqueio	131
c.1.1. Ponderação de votos no Conselho Europeu e no Conselho	132
c.1.2. Antes de Novembro de 2014.....	133
c.1.3. A partir de 1 novembro de 2014.....	133
c.1.4. Entre novembro de 2014 e abril de 2017	133
c.2. Maioria simples.....	134
4.2.4. A Comissão Europeia	134
a. Considerações gerais	134

b. Atribuições e competências	135
b.1. Função de iniciativa	135
b.2. Função normativa	136
b.3. Função orçamental.....	137
b.4. Função executiva.....	138
b.5. Função de vinculação internacional.....	138
b.6. Função de representação externa.....	139
b.7. Função de representação nos Estados membros	139
b.8. Função de supervisão económica e orçamental.....	139
b.9. Função de controlo	141
c. Organização e funcionamento	141
c.1. Presidente da Comissão.....	141
c.1.1. Eleição e substituição	142
c.1.2. Funções e competências	143
c.2. O Alto Representante.....	143
c.2.1. Considerações gerais	143
c.2.2. Nomeação e mandato	144
c.2.3. Atribuições e competências.....	144
c.2.4. Serviços de apoio	145
c.3. Colégio de Comissários.....	145
c.3.1. Composição.....	145
c.3.2. Nomeação, demissão e substituição.....	146
c.3.3. Independência.....	147
c.3.4. Funcionamento.....	147
c.3.5. Processo de decisão	148
(i) Processo oral.....	148
(ii) Processo escrito	148
(iii) Processo de habilitação	149
(iv) Processo de delegação.....	149
c.3.6. Responsabilidade política.....	149
c.4. Direções Gerais	151
4.2.5. Banco Central Europeu	152
a. Considerações gerais	152
b. Organização.....	154
b.1. Conselho do BCE.....	154
b.2. Comissão Executiva.....	156
b.3. Conselho Geral do BCE.....	157

c. Funções.....	157
c.1. Função de coordenação da política monetária.....	157
c.2. Função consultiva	158
d. Sistema Europeu de bancos centrais.....	158
e. Eurosistema	161
4.2.6. Tribunal de Contas.....	161
a. Considerações gerais	161
b. Atribuições e competências.....	162
c. Composição, organização e funcionamento	163
4.2.7. Órgãos consultivos.....	164
a. Comité Económico e Social Europeu.....	164
b. Comité das Regiões Europeu.....	166
c. Comité Político e de Segurança.....	167
d. Comité Económico e Financeiro.....	167
e. Comité de Proteção Social	168
f. Comité do Emprego.....	168
g. Banco Europeu de Investimento	168
4.2.8. Agências administrativas da UE.....	169
a. Considerações gerais	169
b. Tipologia das agências europeias.....	170
c. Razão de ser	171
4.2.9. Entidades híbridas: o MEE.....	172
4.2.10. O papel dos parlamentos nacionais	174
a. Democracia representativa europeia	175
b. Os parlamentos nacionais como órgãos da UE	175
c. O papel da Assembleia da República.....	176
V. Bibliografia.....	177

CAPÍTULO IV ESTRUTURAS NORMATIVAS

I. O direito europeu.....	179
II. Características do sistema jurídico europeu	179
III. Estruturas normativas do direito da UE	180
3.1. Direito primário	181
3.1.1. Tratados instituidores e de revisão.....	181
3.1.2. Protocolos adicionais, declarações e atos de complementação	183

3.1.3. Tratados internacionais de direito primário da UE	184
3.1.4. Condições de admissão e atos de adesão	186
3.1.5. Princípios gerais do direito da UE	186
3.2. Direito secundário e terciário	190
3.2.1. Os procedimentos de produção normativa	191
a. Considerações gerais	192
b. Processo legislativo ordinário	193
b.1. Iniciativa da Comissão	194
b.2. Primeira leitura	194
b.3. Segunda leitura	195
b.4. Conciliação	195
b.5. Terceira leitura	195
b.6. Assinatura, publicação e entrada em vigor	196
b.7. Desvios ao padrão básico	196
c. Processos legislativos especiais	197
d. Participação dos parlamentos nacionais	198
e. Outros processos de produção de atos jurídicos	200
c.1. Atos delegados	201
c.2. Atos de execução	202
c.3. Produção de atos não vinculativos	204
c.4. Estrutura do JOUE	205
3.2.2. O direito secundário e terciário em especial	206
a. Regulamentos	206
b. Diretivas	208
b.1. Transposição	209
b.2. Execução, aplicabilidade direta e indireta	212
b.3. Défice de transposição	215
c. Decisões	216
d. Orçamento	218
e. Recomendações e pareceres	218
f. Outros atos da UE	219
3.3. Fontes AEUE e PESC	220
3.3.1. Decisões de iniciativa comum	221
a. Decisões estratégicas	223
b. Ações da UE	224
c. Posições da UE	225

3.3.2. Decisões de execução.....	226
3.3.3. Abordagem comum.....	227
3.3.4. Tratados internacionais.....	227
a. Processo de vinculação	228
b. Regime jurídico.....	229
c. Tratados internacionais PESC.....	230
3.4. As fontes no âmbito da CJAI.....	231
3.4.1. Orientações estratégicas.....	231
3.4.2. Medidas administrativas de coordenação.....	232
3.4.3. Regulamentos-quadro.....	232
3.4.4. Diretivas de regras mínimas	233
3.4.5. Medidas provisórias.....	234
3.4.6. Decisões	234
3.4.7. Acordos com países terceiros	235
3.4.8. Publicação oficial.....	235
3.5. Outros atos	235
IV. Força normativa do sistema jurídico europeu	236
4.1. Regras de ordenação hierárquica.....	236
4.2. Primazia do direito da UE.....	237
4.3. Efeito direto do direito da UE	238
4.4. Interpretação e aplicação do direito da UE	239
4.4.1. Princípios de interpretação.....	239
a. Elementos tradicionais no direito da UE	240
a.1. Elemento textual e gramatical	240
a.2. Elemento lógico-sistemático.....	241
a.3. Elemento histórico e genético	243
a.4. Elemento teleológico e racional.....	243
b. Princípios específicos da interpretação do direito da UE.....	245
c. Outros princípios de interpretação	246
4.4.2. Princípios de aplicação do direito da UE.....	247
V. Processos de revisão dos tratados	247
5.1. Considerações gerais	247
5.2. Processo ordinário	248
5.2.1. Apresentação de projetos de revisão.....	248
5.2.2. Decisão sobre a análise das alterações propostas.....	248

5.2.3. Decisão de aprovação das alterações propostas	249
a. Convenção.....	249
b. Conferência de Representantes dos Governos	249
5.2.4. Entrada em vigor das alterações.....	249
5.3. Processos simplificados de revisão.....	250
5.3.1. Alteração das políticas internas e das ações	250
5.3.2. Alterações de normas de competências do TFUE	251
5.3.3. Alteração do processo de decisão	251
5.3.4. Alterações atípicas através do direito internacional	252
VI. Bibliografia	252

CAPÍTULO V CIDADANIA EUROPEIA E DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS

I. Introdução	255
II. Cidadania Europeia	256
2.1. Introdução.....	256
2.2. Direitos de cidadania europeia	259
2.2.1. Proibição de discriminação.....	260
2.2.2. Livre circulação e residência.....	261
a. Livre circulação.....	262
b. Residência temporária.....	263
c. Residência permanente.....	264
c.1. Entrada e permanência no território da UE.....	264
c.2. Cidadãos de países terceiros familiares de cidadãos da UE	266
2.2.3. Direito de sufrágio.....	268
a. Eleições para o PE.....	268
b. Eleições municipais	270
2.2.4. Proteção consular de urgência.....	271
2.2.5. Iniciativa dos cidadãos.....	271
2.2.6. Direito a uma boa administração.....	273
2.2.7. Direito de acesso a documentos.....	274
2.2.8. Direito de petição e de queixa.....	275
2.3. Impacto da cidadania europeia na cidadania nacional	275
III. A proteção dos direitos fundamentais.....	275
3.1. Imprevisão inicial de direitos fundamentais	275

3.2. Fundamentalização dos direitos no processo de integração.....	276
3.2.1. Consagração formal: a Carta de Direitos da UE.....	279
3.2.2. Elaboração e aprovação.....	280
3.2.3. Conteúdo normativo.....	280
a. Dignidade.....	282
b. Liberdade.....	282
c. Igualdade.....	284
d. Solidariedade.....	284
e. Justiça.....	285
3.2.4. Força jurídica, interpretação e aplicação.....	286
IV. A UE e a CEDH.....	291
4.1. Imposição de adesão à CEDH pelo Tratado de Lisboa.....	291
4.2. O Acordo de Adesão da UE à CEDH.....	292
V. Liberdades fundamentais do mercado interno.....	294
5.1. Mercado interno.....	295
5.1.1. Considerações gerais.....	295
5.1.2. O mercado interno e a integração europeia.....	296
5.1.3. Refrações institucionais e processuais.....	297
5.2. Liberdades fundamentais.....	298
5.2.1. Estrutura.....	298
5.2.2. Titulares e destinatários.....	299
5.2.3. Convergência.....	300
5.3. Livre circulação de mercadorias.....	302
5.3.1. União Aduaneira.....	302
5.3.2. Âmbito de proteção e conceito de mercadoria.....	305
5.3.3. Programa normativo.....	307
a. Considerações gerais.....	307
b. Direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente.....	308
c. Restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente.....	310
d. Princípio do mútuo reconhecimento.....	316
5.3.4. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos.....	319
5.3.5. Monopólios nacionais.....	321
5.3.6. Restrições.....	322
a. Conceito de restrição.....	322

b. Fundamentos das restrições	324
c. Limites das restrições	326
5.3.7. Tributação nacional.....	327
a. Incidência direta ou indireta.....	328
b. Discriminação	328
c. Produtos similares	329
d. Proteção indireta de outras produções	330
5.4. Livre circulação de trabalhadores.....	331
5.4.1. Âmbito de proteção e conceito de trabalhador.....	333
a. Trabalhador e atividade assalariada	333
b. Função pública.....	336
5.4.2. Programa normativo	337
a. Acesso à profissão e exercício da profissão	337
b. Condições de trabalho	339
c. Proibição de discriminação	340
d. Reconhecimento de habilitações académicas e profissionais.....	340
5.4.3. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos	343
5.4.4. Restrições	344
a. Conceito de restrição	344
b. Fundamentos de restrição	346
c. Limites das restrições	347
d. Restrição através da regulação profissional.....	347
e. Restrição através das vantagens sociais	349
f. Restrição através do estatuto fiscal	350
5.5. Direito de estabelecimento	352
5.5.1. Âmbito de proteção e conceito de estabelecimento.....	352
a. Atividade autónoma e estável	352
b. Natureza transfronteiriça.....	354
c. Funções de autoridade pública	354
5.5.2. Programa normativo	354
a. Profissionais liberais.....	355
b. Exercício da atividade da advocacia	355
c. Setor dos serviços.....	356
d. Direito das sociedades	357
e. Igualdade e não discriminação.....	360
5.5.3. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos	360

5.5.4. Restrições	363
a. Conceito de restrição	363
b. Fundamentos de restrição	364
c. Limites das restrições	366
d. Proibição de discriminação fiscal	367
5.6. Liberdade de prestação de serviços	369
5.6.1. Âmbito de proteção e conceito de prestação de serviços	370
a. Conotação e denotação da prestação de serviços	370
b. Elemento transfronteiriço	373
c. Prestação de serviços e as outras liberdades	374
5.6.2. Programa normativo	375
a. Princípio da origem limitado	376
b. Coordenação e reconhecimento	377
c. Prestação de serviços e direitos fundamentais	378
d. Regulação das profissões liberais	378
e. Proibição de discriminação	380
f. Proibição de discriminação e contratos públicos	380
5.6.3. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos	383
5.6.4. Restrições	384
a. Conceito de restrição	384
b. Fundamentos das restrições	385
c. Limites das restrições	387
5.7. Prestação de serviços e segurança social	389
5.7.1. Livre circulação de capitais	390
5.7.2. Âmbito de proteção	392
5.7.3. Programa normativo	393
5.7.4. Titulares, destinatários e regime jurídico	394
5.7.5. Restrições	395
a. Conceito de restrição	395
b. Fundamentos das restrições	396
c. Limites das restrições	399
d. Restrições e discriminações fiscais	402
VI. Bibliografia	405

CAPÍTULO VI MERCADO INTERNO E DIREITO DA CONCORRÊNCIA

I. Mercado interno, direito da concorrência e direitos fundamentais	409
---	-----

II. Competência no domínio do direito da concorrência	411
III. Direito da concorrência	411
3.1. Direito originário	412
3.2. Direito derivado	412
3.3. Direito nacional	413
IV. Âmbito de aplicação	414
4.1. Âmbito pessoal.....	414
4.1.1. Empresas	414
4.1.2. Empresas estaduais	415
4.1.3. Estados-Membros.....	416
4.1.4. Instituições da UE.....	417
4.2. Âmbito material.....	417
4.3. Âmbito territorial.....	418
V. Aplicação do direito da concorrência.....	419
5.1. TJUE e Comissão	420
5.2. Comissão e autoridades nacionais	421
5.3. Comissão e tribunais nacionais	421
5.4. Autoridades nacionais e tribunais nacionais.....	422
5.5. TJUE e tribunais nacionais.....	423
VI. Mercado relevante	423
6.1. Critério do produto.....	424
6.2. Critério geográfico.....	425
6.3. Critério temporal	426
VII. Acordos entre empresas.....	426
7.1. Proibição de cartéis	426
7.2. Tipos de acordos entre empresas	428
7.3. Derrogações legais à proibição de acordos entre empresas.....	430
VIII. Abuso de posição dominante.....	431
8.1. Conceito	432
8.2. Modalidades	433
8.3. Critérios de análise	435
IX. Controlo das infrações das empresas.....	436
9.1. Denúncia e prova	436

9.2. Controlo da Comissão	438
9.2.1. Verificação da infração	439
9.2.2. Poderes de inquérito	439
9.2.3. Medidas provisórias.....	441
9.2.4. Compromissos e transações	441
9.2.5. Declaração de não aplicação das proibições dos artigos em causa	442
9.2.6. Audiência e defesa	442
9.2.7. Soluções para pôr termo à infração	444
9.2.8. Poderes sancionatórios.....	444
9.3. Controlo nacional	446
9.3.1. Aplicação privada.....	447
X. Concentrações.....	449
10.1. Fundamento jurídico	449
10.2. Âmbito de aplicação	450
10.3. Mecanismos de concentração	451
10.4. Dimensão das concentrações.....	452
10.5. Princípios de análise das concentrações.....	453
10.6. Controlo das concentrações	455
10.6.1. Controlo europeu	455
a. Competência da Comissão.....	456
b. Objeto de controlo	456
c. Notificação prévia e início do processo	459
d. Suspensão da concentração.....	460
e. Poderes de inspeção e inquérito	461
f. Decisões da Comissão	462
g. Aplicação de sanções.....	464
h. Impugnação judicial.....	465
10.6.2. Controlo nacional	466
XI. Empresas públicas	467
11.1. Finalidades de interesse geral.....	468
11.2. O regime das empresas públicas	469
11.3. Conceito de empresa pública e direitos especiais.....	469
11.4. Serviços de interesse económico geral.....	470
11.5. Poderes da Comissão	472
XII. Auxílios de Estado	473
12.1. A proibição dos auxílios de Estado	474
12.1.1. O conceito de auxílio de Estado	474

12.1.2. Distorção da concorrência	476
12.1.3. Afetação do comércio entre Estados.....	478
12.2. Exceções	479
12.2.1. Exceções legais.....	479
12.2.2. Exceções discricionárias	480
12.3. Quadro institucional.....	481
12.3.1. Poderes da Comissão	481
12.3.2. Poderes do Conselho	481
12.3.3. Aplicação a nível nacional	482
12.4. Os processos dos auxílios de Estado.....	483
12.4.1. Controlo dos auxílios	483
a. Obrigação de notificação e proibição de execução.....	484
b. Início e instrução do procedimento	485
c. Suspensão do procedimento.....	485
d. Decisão da Comissão.....	485
e. Incumprimento	486
12.4.2. Exame dos auxílios existentes	486
12.4.3. Recuperação dos auxílios	487
a. Recuperação provisória.....	488
b. Recuperação definitiva.....	488
b.1. Decisão de recuperação.....	488
b.2. Determinação da entidade beneficiária	489
b.3. Montante a recuperar	490
b.4. Limites à recuperação	490
XIII. Bibliografia	491

CAPÍTULO VII

ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

I. Origem e desenvolvimento	495
II. Enquadramento institucional, normativo e financeiro	497
III. Delimitação e proteção da fronteira externa.....	498
3.1. O espaço Schengen.....	499
3.2. Modalidades de entrada	500
3.2.1. Sistema de Informação Schengen.....	501
3.2.2. EURODAC.....	501

3.2.3. Vistos	502
3.2.4. Asilo	503
3.2.5. Imigração	505
3.3. Residência legal e permanência ilegal	507
3.3.1. Entrada e permanência	507
3.3.2. Residência	508
3.3.3. A ilegalidade e retorno	508
3.4. O controlo da fronteira externa	510
3.4.1. Estados-Membros	510
3.4.2. Frontex e Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira	511
IV. Abolição de fronteiras internas	513
4.1. A liberdade de circulação e as suas implicações e limitações	513
4.2. Segurança interna europeia	516
4.2.1. Cooperação judiciária em matéria civil	516
4.2.2. Cooperação judiciária em matéria penal	517
4.2.3. Mandado de Detenção Europeu	518
4.2.4. Decisão Europeia de Investigação	522
4.2.5. Europol	523
4.2.6. Eurojust	525
4.2.7. Cepol	527
4.2.8. Agência dos Direitos Fundamentais	528
4.2.9. Rede judiciária europeia	528
4.2.10. Acordos com terceiros Estados	529
4.3. Procuradoria Europeia	530
V. Bibliografia	532

CAPÍTULO VIII

A RESPONSABILIDADE NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

I. Introdução	535
II. Responsabilidade, cidadania europeia e direitos fundamentais	536
III. Responsabilidade da UE	537
3.1. Considerações gerais	537
3.2. Responsabilidade internacional	537
3.3. Responsabilidade extracontratual	538
3.3.1. Princípios gerais comuns aos Estados-Membros	538
3.3.2. Ilegalidade imputável às instituições	539
a. Violação suficientemente caracterizada	539

b. Normas superiores	541
c. Proteção do particular	541
3.3.3. Condutas geradoras de responsabilidade	542
a. Instituições, organismos e órgãos	542
b. Agentes	542
c. Banco central europeu	543
3.3.4. Dano	543
3.3.5. Nexo de causalidade	544
3.3.6. Tribunal competente	545
3.3.7. Prazo	545
3.3.8. Dever de indemnizar	546
3.4. Responsabilidade contratual	546
IV. Responsabilidade dos Estados	548
4.1. Fundamento da responsabilidade	548
4.2. Efetivação da responsabilidade pelos tribunais nacionais	550
4.2.1. Exame dos pressupostos de responsabilidade	551
4.2.2. Exame das demais questões de responsabilidade	552
4.2.3. Intervenção do TJUE	552
4.3. Pressupostos da responsabilidade	553
4.3.1. Imputação da conduta ao Estado	553
4.3.2. Violação do direito da UE	554
a. Não transposição de diretivas	555
b. Violação do direito da UE por ação	557
c. Violação do direito da UE por omissão	558
4.3.3. Dano	559
4.3.4. Nexo de causalidade	560
4.3.5. Dever de indemnizar	560
4.3.6. Tutela cautelar	561
V. Responsabilidade dos particulares	563
VI. Bibliografia	566

CAPÍTULO IX

ESTRUTURAS JURISDICIONAIS DE GARANTIA E CONTROLO

I. A jurisdição da UE	569
1.1. Jurisdição constitucional	570

1.2. Jurisdição administrativa.....	571
1.3. Jurisdição internacional.....	572
1.4. Jurisdição cível.....	573
II. Órgãos jurisdicionais da UE.....	573
2.1. Tribunal de Justiça da UE.....	574
2.1.1. Relevância institucional.....	574
2.1.2. Estrutura organizatória.....	575
2.2. Tribunal Geral.....	576
2.3. O processo no TJ e no TG.....	578
2.4. Tribunais especializados.....	580
2.5. Juízes.....	581
2.5.1. Independência e competência.....	582
2.5.2. Nomeação.....	582
2.5.3. Mandato.....	582
2.6. Advogados Gerais.....	583
III. Os tribunais nacionais como tribunais da UE.....	584
3.1. Tribunais comuns.....	584
3.2. Tribunal Constitucional.....	588
3.2.1. O controlo de constitucionalidade.....	590
3.2.2. Controlo de legalidade da UE.....	592
3.2.3. O direito derivado da UE.....	593
3.2.4. Direito derivado da UE como parâmetro.....	594
3.2.5. Direito derivado da UE como objeto.....	594
IV. Competências e meios processuais.....	595
4.1. Competência contenciosa.....	596
4.1.1. Ações por incumprimento.....	596
a. Natureza jurídica.....	597
b. Legitimidade processual ativa.....	597
b.1. Comissão.....	598
b.2. Estados.....	598
b.3. A queixa dos particulares.....	599
c. Objeto da ação de incumprimento.....	600
d. Processo.....	602
d.1. Fase Administrativa.....	603

d.2. Fase Judicial.....	605
d.3. Sentença	606
d.4. Execução da sentença	607
4.2. Ação de anulação.....	611
a. Introdução.....	611
b. Articulação com outros meios processuais.....	612
c. Competência.....	613
c.1. Competência do TG	613
c.2. Competência do TJ	614
d. Legitimidade processual	614
d.1. Legitimidade ativa.....	614
d.1.1. Legitimidade privilegiada.....	614
d.1.2. Legitimidade restrita.....	616
d.2. Legitimidade processual passiva.....	617
e. Ações interpostas por particulares.....	618
e.1. Pressupostos de legitimidade	618
e.2. Interesse em agir	620
e.3. Impugnação de normas de alcance geral	623
f. Prazo de interposição da ação	630
g. Tutela cautelar.....	633
h. Controlo.....	633
h.1. Objeto de controlo	634
h.2. Operações e vícios de controlo	638
h.3. Intensidade do controlo	641
i. Sentença judicial e sanções do controlo.....	642
i.1. Nulidade.....	642
i.2. Efeitos <i>inter partes</i>	643
i.3. Efeitos <i>erga omnes</i>	644
i.4. Efeitos <i>ex tunc</i>	645
i.5. Execução do acórdão	647
4.3. Excepção de ilegalidade	648
a. Introdução.....	648
b. Articulação com outros meios processuais.....	649

c. Objeto e operações de controlo.....	649
d. Legitimidade processual ativa.....	650
e. Processo.....	651
f. Sentença.....	651
4.4. Controlo das omissões.....	651
a. Introdução.....	651
b. Articulação com outros meios processuais.....	652
c. Competência.....	653
c.1. Competência do TG.....	653
c.2. Competência do TJ.....	654
d. Legitimidade processual.....	655
d.1. Legitimidade processual ativa.....	655
d.2. Legitimidade processual passiva.....	656
e. Pressuposto pré-processual.....	656
f. Interposição da ação judicial.....	658
g. Controlo.....	659
g.1. Objeto de controlo.....	659
g.2. Operações e vícios do controlo.....	660
h. Sentença e execução.....	661
4.5. Competência prejudicial.....	662
4.5.1. Introdução.....	662
4.5.2. Cooperação judicial.....	663
4.5.3. Funções do reenvio prejudicial.....	664
4.5.4. Objeto do reenvio prejudicial.....	665
a. Reenvio de interpretação.....	666
b. Reenvio de validade.....	667
4.5.5. Órgãos jurisdicionais de reenvio dos Estados-Membros.....	668
4.5.6. Competência do TJUE para apreciação do reenvio.....	671
4.5.7. Relevância da questão.....	672
4.5.8. Tipos de reenvio.....	674
a. Reenvio facultativo.....	674
b. Reenvio obrigatório.....	676
4.5.9. Processo de reenvio.....	679
4.5.10. Tutela de urgência.....	681
a. Tutela cautelar.....	681

b. Tramitação acelerada	683
c. Tramitação urgente	684
4.5.11. A sentença do TJUE.....	684
a. Sentença de interpretação	684
b. Sentença de invalidade	686
4.6. Competência consultiva	688
V. Bibliografia.....	688
Índice.....	693



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO

GESTLEGAL